

PNAIC, PNEM E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ALGUNS APONTAMENTOS

Juliane Carla Berlanda
UFSM
julianeberlanda@yahoo.com

Priscila Arcego
UFSM
priarcego@gmail.com

Resumo:

Nesse relato de experiência apresentaremos alguns apontamentos sobre as duas propostas implementadas pelo Ministério Educação, em parceria com Universidades, Estados e Municípios para formação de professores. O primeiro programa, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tinha como foco os professores que atuavam nos três primeiros anos do ensino fundamental. O outro programa abordado é o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, no qual estavam envolvidos professores que atuavam no Ensino Médio. O objetivo principal é relatar as experiências de desenvolvimento profissional vivenciadas pelas pesquisadoras e realizar alguns apontamentos sobre as implicações no processo de ensino e aprendizagem. Esse relato se constitui partindo da análise dos documentos oficiais que embasam teoricamente os dois programas até o desenvolvimento de propostas didáticas construídas nos encontros de formação.

Palavras-chave: Formação de professores; Pacto; Anos Iniciais; Ensino Médio.

1. Introdução

Tendo em vista as inúmeras mudanças que vem ocorrendo no meio educacional, em especial na Educação Básica de nosso país, em seus diferentes âmbitos, é possível perceber a importância de aperfeiçoar e qualificar a prática educativa visando um processo de construção de conhecimento mais eficaz e atrativo. Repensar propostas educacionais implica, também, em investir na formação de professores, propondo momentos de discussão e reflexão sobre as demandas atuais na Educação. Nesse sentido, o Ministério Educação, em parceria com as Universidades, Estados e Municípios, criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) com foco nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, implementado em 2013, e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), implementado em 2014. Em ambas as propostas tem-se a articulação entre as diferentes esferas governamentais na formulação e implantação de políticas para melhorar o desempenho dos estudantes e elevar o padrão de qualidade nessas etapas da Educação Básica.

A Matemática tem sido objeto de estudo durante as formações destes programas. No PNAIC por ser um componente básico do processo de alfabetização, o qual não vinha atingindo os objetivos desejados para este ciclo e no PNEM pela matemática se apresentar em defasagem, conforme constatamos nos indicadores de desempenho educacional. Enquanto professoras da Educação Básica - participantes destes programas - entendemos que os desafios encontrados no ensino de matemática serviram de estímulo para a procura de alternativas, afim de que possamos transformar esses empecilhos em aprendizagens e assim, reduzir seus impactos com o passar do tempo.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa se fundamenta na valorização dos professores e das escolas com o apoio pedagógico, a partir de materiais didáticos de qualidade para todas as crianças e na implementação dos sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento. Além disso, tem como meta principal assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental.

Nesse mesmo intuito, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio tem um papel fundamental no processo de formação continuada de professores, pois vem contribuindo para que haja reformas no Ensino Médio atual, enfatizando o avanço da qualidade nessa etapa e a reflexão sobre as práticas curriculares que estão sendo desenvolvidas nas escolas. Assim, almeja promover o desenvolvimento de práticas educativas efetivas com foco na formação humana integral e a ampliação de formação de professores no âmbito da educação básica.

Neste contexto se insere o presente texto que se constitui a partir da nossa condição de professoras da Educação Básica e participantes do PNAIC e do PNEM, orientado pelas seguintes perguntas: o que aprendemos a partir da nossa inserção nesses programas? Qual a contribuição que eles trouxeram para nossa formação? Assim, o objetivo é relatar nossas percepções sobre as contribuições do PNAIC e do PNEM para nossa formação, a partir de nossas experiências vivenciadas nos mesmos.

Inicialmente, trazemos duas sessões que são escritas na primeira pessoa, pois se referem às percepções oriundas da participação no PNAIC da segunda autora e do PNEM da primeira autora. Concluindo, fazemos algumas considerações sobre as convergências que encontramos em nossas aprendizagens relativas a ambos os programas, na perspectiva de que, apesar das especificidades – Anos Iniciais e Ensino Médio – entendemos que nossas reflexões podem contribuir para as discussões sobre a formação de professores em qualquer nível.

2. O PNAIC e a formação de professores nos anos iniciais do ensino fundamental

Como professora dos Anos Iniciais, participei das formações propostas pelo PNAIC desde 2013, quando a ênfase estava na Língua Portuguesa. Já em 2014 o foco da formação foi Alfabetização Matemática e no ano seguinte, 2015, ampliou-se para as demais áreas do conhecimento, na perspectiva de integrar esses conhecimentos ao trabalho desenvolvido anteriormente. Todos os encontros de formação, coordenados pela Coordenadora local e Orientadoras de Estudo, eram baseados nos cadernos propostos pelo Ministério de Educação, que abordavam diversos aspectos referentes ao processo de alfabetização. Entretanto, o foco desse artigo está na formação de professores que ensinam matemática. Em especial nesse tópico são apresentadas algumas contribuições do PNAIC relativo a alfabetização matemática.

Nesse sentido, o caderno de Apresentação dessa etapa do PNAIC relembra que, historicamente temos vivenciado uma dura realidade na primeira etapa da Educação Básica. Muitas crianças concluem os três primeiros anos do Ensino Fundamental sem estarem alfabetizadas, ou até mesmo toda a escolarização sem as habilidades básicas de leitura e escrita. “Assim, este Pacto surge como uma luta para garantir o direito de alfabetização plena a meninas e meninos, até o final do ciclo de alfabetização. Busca-se, para tal, contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos professores alfabetizadores” (BRASIL, 2014c, p.8).

A fim de viabilizar esse processo, as ações do PNAIC se apoiam em quatro eixos principais: “[...] formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; avaliações sistemáticas; gestão, controle social e mobilização” (BRASIL, 2014c, p.8). Cabe ressaltar que, os eixos de atuação do Pacto não se restringiam aos encontros de formação com os professores alfabetizadores, perpassavam a Instituição de Ensino a qual esses profissionais estavam vinculados, as turmas em que atuavam e em consequência envolvia toda a Comunidade Escolar.

Os cadernos que serviam de aporte teórico para os encontros do PNAIC estavam subdivididos em oito volumes: Organização do trabalho pedagógico; Quantificação, registros e agrupamentos; Construção do sistema de numeração decimal; Operações na resolução de problemas; Geometria; Grandezas e medidas; Educação estatística; Saberes matemáticos e outros campos do saber. Além disso, havia um caderno de Apresentação que antecedia os oito volumes e também dois cadernos tratando da Educação matemática no campo e Educação

matemática inclusiva. Complementando a coleção, acompanhavam dois encartes com sugestões de Jogos para a Alfabetização matemática que abordavam os conteúdos estudados nos cadernos. Todo o material de estudo estava diretamente atrelado a prática pedagógica do professor alfabetizador, a medida que apresentavam textos de reflexão e discussão no âmbito da formação do professor, com foco na Educação matemática, além de diversos relatos de experiência contendo sugestões de atividades para sala de aula.

Além das atividades propostas nos encontros de formação, os professores alfabetizadores desenvolviam em suas turmas de alfabetização diversas sequências de atividades que eram avaliadas continuamente e posteriormente compartilhadas com as demais professoras participantes do Pacto. Tal prática contribuía significativamente para a integração entre as professoras alfabetizadoras, a medida que possibilitava a troca de experiências e a reformulação das práticas pedagógicas, principalmente no que tange a Educação matemática.

Dentre as diversas possibilidades de aprendizagem viabilizadas pelo PNAIC na Alfabetização matemática, um dos mais importantes legados foi a construção e implementação da *Caixa Matemática*, apresentada no Caderno 3 que abordou a Construção dos Sistema de Numeração Decimal (BRASIL, 2014d). Cada professora alfabetizadora construiu juntamente com sua turma, uma caixa onde ficavam armazenados materiais manipulativos e jogos para auxiliar na exploração dos conteúdos matemáticos que ficavam disponíveis na sala de aula. Cabe ressaltar que a ideia não se aplica somente aos Anos Iniciais, mas pode ser adaptada aos demais níveis de ensino, pois é instrumento pedagógico de fácil manipulação, tanto para o professor como para os estudantes.

O PNAIC, na sua abordagem relativa a matemática, contribuiu para ampliar as possibilidades do trabalho pedagógico nas escolas e em especial, no Ciclo de Alfabetização. Tais ações foram pensadas a fim de garantir aos estudantes o acesso aos Direitos de Aprendizagem, também lembrados em seus cadernos, e que muitas vezes são simplesmente ignorados por escolas e educadores. Nesse intuito, o PNAIC ressalta que:

Entender a Alfabetização Matemática na perspectiva do letramento impõe o constante diálogo com outras áreas do conhecimento e, principalmente, com as práticas sociais, sejam elas do mundo da criança, como os jogos e brincadeiras, sejam elas do mundo adulto e de perspectivas diferenciadas, como aquelas das diversas comunidades que formam o campo brasileiro (BRASIL, 2014c, p.15).

Qualificar o processo de ensino e aprendizagem é uma tarefa de todos. Por isso, a dinâmica deste programa leva a entender que é indispensável continuar proporcionando

encontros de formação, que auxiliem a reflexão e socialização de conteúdos matemáticos, que por muito tempo permaneceram esquecidos e até mesmo excluídos da prática em sala de aula.

3. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e a formação de professores

Os desafios a serem encarados para o Ensino Médio exigem políticas públicas que apontem algumas soluções para seus problemas, pois a escola pública deve ser de qualidade, atingindo toda a população.

As instituições escolares públicas devem proporcionar e envolver a concepção da vida social, cultura, ciência, tecnologias e trabalho, com novas diretrizes curriculares que considerem os conteúdos de formação geral, garantindo o acesso de todos no Ensino Médio e integrando a prática com conhecimento.

Nesta direção, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio tem por objetivo oferecer formação continuada aos professores do ensino médio nas vinte e sete unidades da Federação, pois a máquina educacional brasileira visa uma reestruturação e modificação nas grades curriculares, tanto na educação básica como nos cursos de licenciatura. O Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio:

[...] representa a articulação e coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais na formulação e implementação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito. (BRASIL, 2013a, p.1)

Espera-se que, gradativamente, a realidade atual do ensino médio venha a ser melhorada, pois esta modalidade apresenta baixos índices o que, segundo Brasil (2013a), aumenta a responsabilidade de todos com a qualidade do trabalho que é desenvolvido nessa etapa da educação escolar da população, tendo em vista que o Ensino Médio é a etapa final da escolarização básica, devendo proporcionar uma formação geral para a vida, articulando ciência, trabalho e cultura, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Como professora, percebo que é preciso muitas transformações no cenário educacional brasileiro devido a algumas falhas que vem acontecendo, para isso deve-se avaliar a qualidade, estabelecer metas e fortificar os programas de formação continuada.

Através da formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, fica claro que o ponto de partida deve ser a aprendizagem, entendendo que o estudante aprende em todas as ocasiões e todo aprendizado é válido e, também, levar em consideração o conhecimento prévio que o estudante traz em sua bagagem.

É tarefa do professor auxiliar a construção do aprendizado do estudante, relacionando o processo de integração entre instituição escolar e a realidade da comunidade escolar, reconhecendo no jovem um ser em transformação capaz de utilizar os conhecimentos adquiridos, a pesquisa e a tecnologia para o exercício da cidadania.

Também, para Vygotsky (1984), a sala de aula é, sem dúvida, um dos espaços mais oportunos para a construção de ações partilhadas entre os sujeitos. A mediação é, portanto, um elo que se realiza numa interação constante no processo de ensino e aprendizagem. Pode-se dizer também que o ato de educar é nutrido pelas relações estabelecidas entre professor-aluno.

Como nos aponta Brasil (2013a) no âmbito da formação humana integral é papel da escola, como prioridade, refletir sobre os problemas da juventude, buscando a compreensão e a solução das dificuldades no meio escolar. Nesse sentido, entendo que o PNEM auxilia os profissionais da educação a descobrir apoios para edificar os relacionamentos com os jovens estudantes, compreendendo seus valores, interesses, comportamentos, visões do mundo e necessidades individuais, ajudando-os para a formação de seres críticos.

O PNEM defende que o ensino da matemática deve possibilitar uma leitura de mundo mais crítica e, que esta, faça sentido nos modos de produção de conhecimento nas diversas áreas. Em se tratando da Matemática, é imprescindível que o ensino não seja mais visto como cálculos, memorização, um mero conjunto de regras, fórmulas e procedimentos, mas que seja estimulador para que o estudante busque e questione coisas novas, entendendo que a matemática está totalmente ligada em sua realidade. O currículo deve englobar as quatro áreas do conhecimento, com enfoque metodológico que destaque a contextualização e a interdisciplinaridade, articulando diferentes campos de saberes específicos. (BRASIL, 2013b).

Os sujeitos estudantes do Ensino Médio, também na área da matemática, têm direito à aprendizagem e ao desenvolvimento humano. Nesse sentido, na atualidade é imprescindível que a escola faça a inserção de todas as juventudes, relacionando seus saberes, desejos,

interesses e, claro, seus direitos. Para que isso aconteça é fundamental, no âmbito escolar, projetos educacionais que sejam de qualidade social atendendo a essa demanda.

Cabe destacar o uso das tecnologias na escola, pois vivemos em uma era tecnológica, ou seja, em que todos têm direito à ela, então na escola esse direito também deve estar presente. O uso das tecnologias nas aulas de matemática possibilitam reconhecer e valorizar o conhecimento prévio dos estudantes, ressalta as diferentes formas de expressão dos sujeitos em formação, estimula o estudante para produzir e transformar sua realidade, bem como, fortalece o diálogo com a prática educativa (BRASIL, 2014b).

Como professora do Ensino Médio, assim como participante das formações do Pacto do Ensino Médio, é possível afirmar que a matemática possui muitos softwares para serem utilizados nas aulas, além de vídeos educativos e sites interativos, fazendo com que o estudante tenha a possibilidade de perceber a matemática em diversas atividades.

O exposto até então mostra as possibilidades sugeridas pela formação do Pacto, com as quais compactuo, admitindo pensar que na procura da universalização do Ensino Médio brasileiro é necessário aceitar uma base unitária concebida pela integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Também entendo a importância de envolver as quatro áreas do conhecimento, os diversos modos de aprendizagem, as tecnologias apresentando aos estudantes currículos convenientes e contextos significativos.

As áreas de conhecimento na organização curricular, portanto, devem expressar o potencial de aglutinação, integração e interlocução de campos de saber, ampliando o diálogo entre professores, com consequências perceptíveis pelos educandos e transformadoras da cultura escolar rígida e fragmentada. Trata-se de um tipo de organização que tem a interdisciplinaridade como princípio. (BRASIL, 2013a, p. 15)

Refletir sobre a formação de professores é idealizar que o professor nunca pode concluir seus estudos teóricos e que pesquisas são fundamentais para se pensar em melhorias. É por meio desses instrumentos que os professores irão conseguir fazer uma análise crítica dos contextos sociais, culturais, históricos e organizacionais, no âmbito escolar, podendo assim intrometer-se nessa realidade para, então, conseguir transformar. Pois o professor é ao mesmo tempo objeto e sujeito de formação (BRASIL, 2014a, p. 83).

4. Considerações Finais

Neste texto apresentamos um relato de nossas percepções sobre as contribuições do PNAIC e do PNEM para nossa formação, a partir de nossas experiências vivenciadas nos mesmos. Embora tenhamos participado dos mesmos em momentos diferentes, encontramos aproximações destas vivências no que diz respeito às nossas aprendizagens.

As formações proporcionadas pelo Pacto, tanto dos Anos Iniciais, quanto do Ensino Médio, deixam-nos ainda mais evidente a ideia de que todos têm direito à educação, sendo esta igualitária, e, principalmente, de qualidade. Esse processo não pode ficar restrito às mesmas práticas pedagógicas pautadas numa visão de mundo totalmente diferente da atualidade.

Diante das transformações e progressos que vem acontecendo, a escola também está sofrendo mudanças. A medida que esse novo estudante passa a fazer parte do contexto escolar é necessário aproximar as propostas de aprendizagem a sua realidade e as demandas da sociedade. As formações que participamos abriram espaço para essa discussão, tendo em vista que essas necessidades estavam sendo constatadas pelos professores no âmbito escolar.

Nesse sentido, é dever da escola participar desse processo de transformação. Na área da matemática temos um grande desafio, incorporar aos conteúdos programáticos novas estratégias que despertem no estudante prazer pelo estudo. Nesse intuito, o PNAIC e o PNEM trouxeram inúmeras sugestões de abordagens que se aplicadas e adaptadas a cada contexto podem ser muito úteis ao professor. Acreditamos que é preciso redesenhar o papel da matemática na Educação Básica, sem autoritarismos, mantendo um diálogo com as demais áreas do conhecimento. Ao qualificar o trabalho pedagógico e interdisciplinar, estamos possibilitando um novo olhar do estudante para esta disciplina fundamental e presente em tudo no dia a dia.

Compactuamos com a ideia apresentada em Brasil (2014), que a educação escolar precisa compreender e incorporar as novas linguagens, desvendar os seus códigos, dominar as possibilidades de expressão e as possíveis manipulações, para que o jovem, ao terminar o Ensino Médio, se insira no mundo como um ser culto, exercendo plenamente sua cidadania, pronto para a pesquisa, trabalho, relacionando as tecnologias no seu cotidiano. Mas para que isso aconteça, é necessário interligar as diferentes áreas do conhecimento para que os estudantes tenham uma nova visão de mundo e que possa transformar sua realidade. É através de projetos educacionais e interdisciplinares que a educação pode ser transformada, e,

também, que os profissionais da educação estejam abertos a novos estudos e as mudanças que estão sendo necessárias para que a educação brasileira e os índices reajam positivamente.

A prática docente, juntamente com as leituras e os debates consolidados nos programas do Pacto, em conjunto com grupos de professores, tem nos motivado a buscar a concretização de mudanças no ensino da matemática, sendo esta focalizada na formação humana integral, concomitante a outras áreas do conhecimento. Esse novo enfoque no ensino da matemática, direcionado aos docentes atuantes nos primeiros anos do Ensino Fundamental e também formulada a fim de contemplar os docentes de toda a Educação Básica tem se efetivado como um forte aliado na reestruturação das propostas de ensino no Brasil. Contudo, estas só se concretizarão a partir do compromisso que todos os envolvidos assumirem com a educação. Ou seja, temos claro que não adianta participarmos de um programa de formação se não nos comprometermos efetivamente com as mudanças na escola, em nossas salas de aula.

Finalizando, destacamos que nossa participação no PNAIC e no PNEM possibilitaram um aprendizado fundamental para nosso crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Essas propostas proporcionaram uma nova visão da escola como espaço educativo e consequentemente aperfeiçoaram nossa prática diária. Apesar da formação estar direcionada aos professores em primeiro plano, os principais beneficiados são os estudantes. Entretanto, acreditamos que este é um processo gradativo e que deve ser dado continuidade a fim de continuar refletindo positivamente em nossas salas de aula, abrangendo mais professores a cada nova etapa.

5. Referências

BRASIL. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 de fev 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I : **ensino médio e formação humana integral** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; / Carmen Sylvia Vidigal Moraes, [et al.]. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013a.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno IV : **áreas de conhecimento e integração curricular** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; / Marise Nogueira Ramos, [et al.] Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2013b.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **O Ensino médio e os desafios da experiência: movimentos da prática / organização** Jose Clovis de Azevedo, Jonas Tarcísio Reis. — 1. ed. — São Paulo : Fundação Santillana : Moderna, 2014a.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno V: **Matemática** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; / Ana Paula Jahn, [et al.] Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014b.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Apresentação**/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2014c.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Construção do Sistema de Numeração Decimal**/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2014d.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização.** Caderno de Apresentação/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Documento Orientador. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.** Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/pacto_fort_ensino_medio.pdf> Acesso em: 01 de abril 2015b.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.